

**À ILUSTRE COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA ITAIPU BINACIONAL**

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO NF 2007-25**

XXXXXXXXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº XX.XXX.XXX/000X-XX, representada por seu sócio proprietário, Márcio Rodrigues Barreira, CPF nº XXX.XXX.XXX-49, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO NF 2007-25**, com fundamento no Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor.

**I. DOS FATOS**

A Itaipu Binacional, publicou o Edital do Pregão eletrônico NF 2007-25, cujo objeto foi assim definido:

*“1.2 FINALIDADE E OBJETO Selecionar a proposta comercial mais vantajosa para a contratação dos serviços de Gerenciamento e Controle da Manutenção Preventiva e Corretiva de Veículos, Equipamentos de Transporte, Embarcações e Fornecimento de Combustíveis com a utilização de cartão eletrônico (com chip) ou dispositivos denominados TAG’S (etiquetas), com tecnologia RFID ou NFC em estabelecimentos credenciados e equipe especializada, através do uso de sistema informatizado e integrado via WEB online real time, de acordo com as Especificações Técnicas, Anexo I deste Caderno de Bases e Condições (CBC).”*

Merece destaque, que ao examinar o edital e seus anexos, constata-se a presença de disposições que violam os princípios da vantajosidade, da competitividade e da economicidade: Sendo a reunião de diversos objetos em um só lote, impondo ônus técnico e financeiro desproporcional às empresas que atuam apenas em um dos segmentos. Tal modelagem afasta do certame competidores qualificados em cada ramo específico, restringindo a competitividade e comprometendo a busca da proposta mais vantajosa para a Administração.

O modelo adotado pela Administração ignora que a manutenção da frota veicular, e fornecimento de combustíveis, embora relevantes à gestão patrimonial do ente público, possuem finalidades, estruturas e complexidades técnicas absolutamente distintas, que naturalmente atraem segmentos empresariais diferentes, sendo que da forma como está disposto a taxa deverá ser a mesma a ambos os serviços, não permitindo seu fracionamento.

Por conseguinte, há necessidade de revisão.

## II. DA NECESSIDADE DE DIVISÃO DE LOTES

A Constituição Federal estabelece, no caput do Art. 37, que a Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. No contexto das licitações, tais princípios são desenvolvidos e concretizados na Lei nº 14.133/2021, que rege atualmente os procedimentos licitatórios e os contratos administrativos. No caso em exame, o edital do Pregão Eletrônico NF 2007-25 estrutura o objeto licitado de forma aglutinada, reunindo, em lote único e indivisível, serviços absolutamente distintos, como a manutenção da frota veicular e fornecimento de combustíveis.

Tal estrutura conflita com o disposto no Art. 40, § 2º, I da Lei nº 14.133/2021, que disciplina, de maneira:

**Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:**

**[...Omissis...]**

**§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:**  
**I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes..."**

Logo, o permissivo legal para tal fragmentação, está em observância ao princípio da obtenção da proposta mais vantajosa, ao princípio da ampla competitividade e ao dever de planejamento prévio. No presente caso, não há qualquer justificativa técnica, econômica ou administrativa apresentada no edital ou em seus anexos que comprove a inviabilidade do fracionamento. A simples inserção de todos os serviços em um mesmo lote, sem motivação técnica formal, viola o dever de motivação dos atos administrativos e atenta contra os princípios constitucionais da razoabilidade, proporcionalidade, transparência, igualdade e, sobretudo, da economicidade.

Os serviços de gerenciamento informatizado de manutenção da frota veicular e fornecimento de combustíveis no edital possuem objetivos distintos, tecnologias diversas, estruturas operacionais incompatíveis, fornecedores especializados distintos, riscos distintos e formas de fiscalização e execução contratual distintas.

Por conseguinte, são serviços que, embora relacionados à gestão de frota, não são técnica ou funcionalmente interdependentes.

A exigência de que uma única empresa detenha competência simultânea para todos os serviços impõe restrição desproporcional e artificial à competitividade, pois afasta do certame **empresas qualificadas e experientes em apenas um dos ramos**, impedindo que apresentem propostas vantajosas à Administração.

A restrição compromete igualmente o **princípio da isonomia**, estabelecido no **Art. 37, caput, da Constituição Federal**, bem como no **Art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021**, que assegura a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública. Privilegiar um grupo específico de concorrentes em detrimento de outros que possuem plenas condições técnicas de executar parte do serviço licitado constitui imposição de barreira

desproporcional e injustificada, resultando na frustração do caráter competitivo da licitação, situação vedada por diversos dispositivos da **Lei nº 14.133/2021**.

Nesse sentido:

***É obrigatória, nas licitações cujo objeto seja divisível, a adjudicação por item e não por preço global***, de forma a permitir uma maior participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para o fornecimento da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas.

**(Acórdão 122/2014 - Plenário)<sup>1</sup>**

Ainda merece destaque a súmula 247 do TCU que dispõe o seguinte:

***“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.***

***Súmula nº 247”***

Não diferente também estão os seguintes entendimentos:

***“Em consonância com o disposto nos arts. 3º, § 1º, inciso I, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993, incumbe ao gestor promover o parcelamento do objeto a ser licitado com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, ou, na impossibilidade técnica e econômica de fazê-lo, apresentar justificativas fundamentadas nos autos do***

***procedimento licitatório.***

**Acórdão 839/2009 Plenário (Sumário)**

O parcelamento do objeto licitado deve ocorrer quando a opção se comprovar viável do ponto de vista técnico-econômico, nos termos do

---

<sup>1</sup> [https://pesquisa.apps.tcu.gov.br//documento/jurisprudencia-selecionada/\\*/KEY%3AJURISPRUDENCIASELECCIONADA-21852/score%20desc%2C%20COLEGIADO%20asc%2C%20ANOACORDAO%20desc%2C%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue](https://pesquisa.apps.tcu.gov.br//documento/jurisprudencia-selecionada/*/KEY%3AJURISPRUDENCIASELECCIONADA-21852/score%20desc%2C%20COLEGIADO%20asc%2C%20ANOACORDAO%20desc%2C%20NUMACORDAO%20desc/0/sinonimos%3Dtrue)

art. 23, § 1º, da Lei no 8.666/1993. Não caracteriza cerceamento de competitividade a realização de uma só licitação com objetos múltiplos, se comprovado que o parcelamento implicaria perda de eficiência e prejuízo técnico a Administração. Acórdão 3041/2008 Plenário (Sumário) O parcelamento do objeto da licitação é obrigatório quando técnica e economicamente viável, devendo a Administração, em qualquer caso, fundamentar sua opção.

**Acórdão 2389/2007 Plenário (Sumário)**

E obrigatório o parcelamento do objeto, quando este tem natureza divisível, em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis,

visando ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade.

**Acórdão 1842/2007 Plenário (Sumário)**

Também merece destaque o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso já se pronunciou sobre este assunto, isto através da Resolução de Consulta nº 21/2011, abaixo transcrita, senão veja:

*“Resolução de Consulta nº 21/2011 (DOE, 31/03/2011) e Acórdão nº 2.291/2002 (DOE, 17/12/2002). Licitação. Parcelamento e fracionamento. Obrigatoriedade e Definição da Modalidade. Parcelamento do objeto.*

*Fracionamento de despesas. Critérios. O fracionamento de despesas é a prática ilegal do parcelamento do objeto com intento de desfigurar a modalidade licitatória ou até mesmo dispensá-la. Para que essa prática não fique configurada e o parcelamento do objeto seja perfeitamente operacionalizado, é primordial a observância dos seguintes preceitos: 1. O parcelamento do objeto da contratação é uma determinação e não uma mera faculdade. Para não realizá-lo é preciso que se demonstre que a opção não é vantajosa ou viável naquela situação específica, por meio de estudos de viabilidade técnica e econômica, nos termos do § 1º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93; 2. As parcelas integrantes de um mesmo objeto devem ser conjugadas para determinação da modalidade licitatória ou dispensa. Todavia, em caráter excepcional, na forma do art. 23, § 5º, para obras e serviços de engenharia, há possibilidade de abandonar a modalidade de licitação para o total da contratação, quando se tratar de parcelas de natureza específica que possam ser executadas por pessoa ou empresa de especialidade diversa daquela do executor da obra ou serviço; 3. As*

*contratações (obras e serviços de engenharia) que tenham a mesma natureza (assemelhados) sendo parcelas de um único objeto, devem ser somadas para determinação da obrigatoriedade da licitação ou definição da modalidade licitatória, a menos que não possam ser executados no mesmo local, conjunta e concomitantemente; 4. Sempre que as aquisições envolverem objetos idênticos ou de mesma natureza, há que se utilizar de licitação pública e na modalidade apropriada em função do valor global das contratações iguais ou semelhantes (mesma natureza) planejadas para o exercício; 5. Objetos de mesma natureza são espécies de um mesmo gênero; ou possuem similaridade na função; cujos potenciais fornecedores sejam os mesmos; 6. A classificação orçamentária (elemento ou subelemento de despesas) e a identidade ou qualidade do fornecedor são insuficientes, isoladamente, para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória; 7. O lapso temporal entre as licitações é irrelevante para determinação da obrigatoriedade de licitar ou definição da modalidade licitatória; 8. O gestor deve zelar por uma precisa definição do objeto, programando suas contratações em observância ao princípio da anualidade da despesa; 9. O ramo de atividade da empresa licitante deve ser compatível com o objeto da licitação e sua definição não está vinculada, necessariamente, ao subelemento de despesas; 10. A contratação que for autônoma, assim entendida aquela impossível de ter sido prevista (comprovadamente), mesmo que se refira a objeto idêntico ou de mesma natureza de contratação anterior, poderá ser realizada por dispensa em razão de pequeno valor ou adotada a modalidade licitatória, isoladamente.”*

Além disso, a condução da licitação em lote único, sem justificativa formal, compromete diretamente o princípio da isonomia, na medida em que confere vantagem indevida às empresas que, embora não especializadas em ambos os serviços, possuam estrutura para apresentar proposta conjunta, muitas vezes à custa da qualidade técnica ou do custo real de execução.

Por fim, o modelo adotado compromete ainda a eficiência administrativa, pois impede que a Administração se beneficie da contratação de empresas especializadas em cada área específica, comprometendo a qualidade da execução, a fiscalização dos contratos e, conseqüentemente, a obtenção do resultado mais vantajoso.

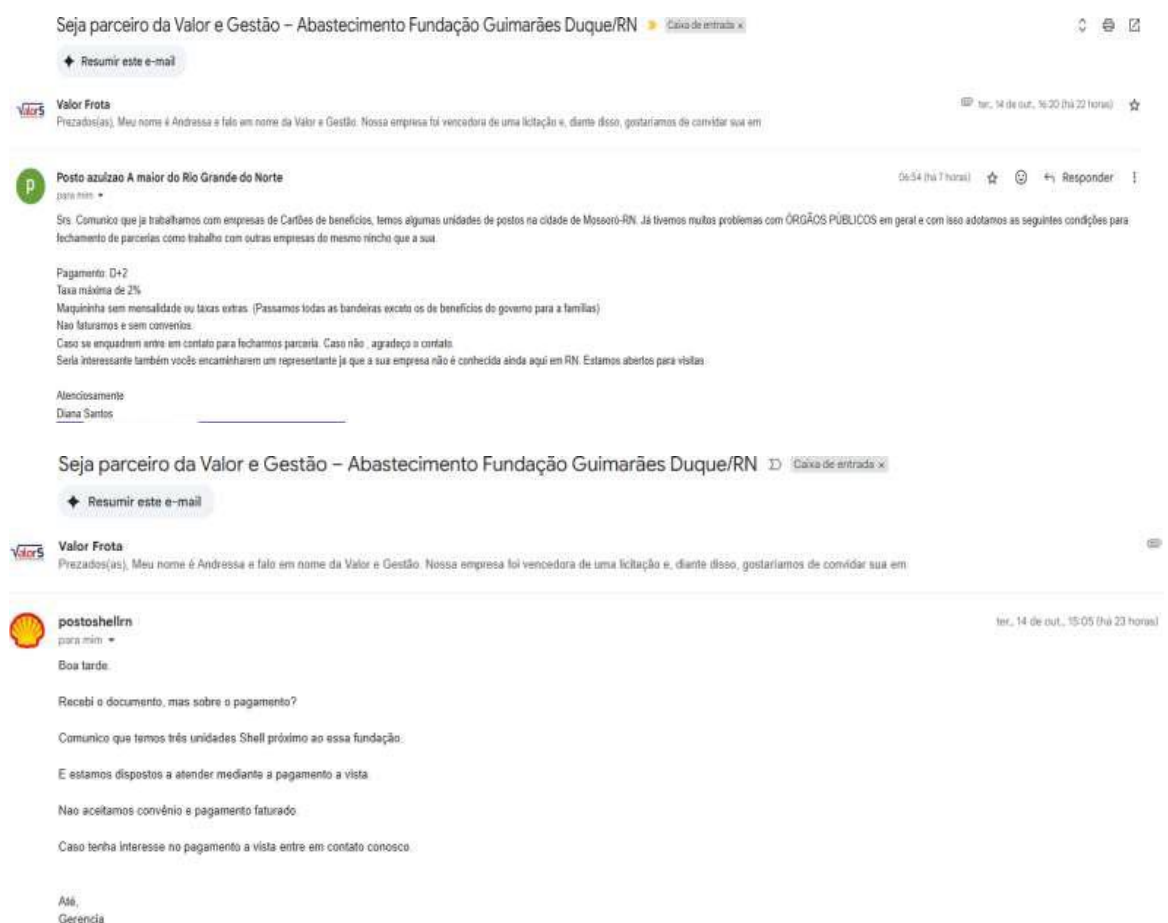
Portanto, restando configurada a **omissão da Administração quanto à justificativa da não divisão do objeto**, em afronta ao a Lei nº 14.133/2021, e diante da incompatibilidade técnica entre os objetos reunidos, pelo que o acolhimento da presente impugnação é medida que se impõe.

## Anexo A - Impugnação

Além disso, ainda que se pretenda justificar a aglutinação dos serviços sob o argumento de conveniência administrativa, verifica-se, na prática, a inviabilidade econômica de execução integral do objeto nas condições impostas pelo edital.

Somente à título exemplificativo, destaca-se que as empresas gestoras de frota dependem da adesão de postos de combustíveis e oficinas credenciadas em todo o território abrangido pelo contrato. Todavia, a realidade do mercado demonstra resistência crescente por parte dos postos em celebrar convênios com pagamento a prazo, especialmente quando vinculados a contratos com entes públicos, que exigem faturamento e prazos de liquidação incompatíveis com a dinâmica do setor privado.

As comunicações recebidas de postos, como se comprova em e-mails a seguir, revelam de forma inequívoca que a maioria dos estabelecimentos somente aceita o fornecimento mediante pagamento à vista ou com prazo máximo de dois dias úteis, senão veja:



Tal cenário inviabiliza a formação da rede credenciada e, por consequência, a execução regular do contrato, uma vez que a contratada não dispõe de mecanismos de repasse imediato em larga escala.

Em síntese, o modelo econômico-financeiro desenhado pelo edital não encontra correspondência na prática comercial vigente, comprometendo a exequibilidade e afastando empresas idôneas e experientes. Esse contexto reforça, portanto, a necessidade de divisão do objeto em lotes distintos, possibilitando que empresas especializadas em gestão de manutenção e aquelas voltadas exclusivamente ao

abastecimento possam estruturar suas operações conforme a realidade de cada mercado local.

Tal medida não apenas amplia a competitividade, como também assegura a execução contratual dentro de parâmetros economicamente sustentáveis e juridicamente seguros, atendendo ao princípio da vantajosidade previsto no Art. 11, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

### III - DOS PEDIDOS

FACE AO EXPOSTO, em homenagem e reverencia aos ditames normativo-principiológicos supramencionados, requer-se:

a) O recebimento e acolhimento da presente impugnação, nos termos do Art. 164 da Lei nº 14.133/2021;

b) A revisão do Edital, com a divisão do objeto em mais lotes distintos, haja vista a clara incompatibilidade, permitindo a participação de empresas especializadas em cada segmento;

c) Caso não seja este o entendimento de Vossa Senhoria, requer desde logo, seja a presente insurgência submetida à Autoridade Superior, para apreciação, nos termos da legislação em vigor.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso,

04 de fevereiro 2026.

XXXXXXXXXX